



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.023987/2020-98

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação, através de dispensa de licitação, de empresa especializada em fornecimento dos materiais relacionados no item 1.2 deste Projeto Básico;

1.2. Aquisição de:

- 1.2.1. tapete sanitizante;
- 1.2.2. termômetro clínico;
- 1.2.3. dispensador para álcool - pedal (1000 ml);
- 1.2.4. dispenser de parede para álcool;
- 1.2.5. protetor facial;
- 1.2.6. luva para procedimento não cirúrgico, e
- 1.2.7. avental hospitalar tipo cirúrgico.

1.3. As especificações de cada subitem acima descritos estão contemplados no item 3. Especificações do Objeto.

1.4. São partes integrantes deste Projeto Básico:

- Encarte "A" – Modelo de Proposta de Preços;
- Encarte "B" – Modelo Termo de Recebimento Provisório; e
- Encarte "C" – Modelo Termo de Recebimento Definitivo.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Recentemente foi decretada a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), além disso, aproxima-se a época de maior incidência de outras infecções virais, como H1N1, H3N2 e influenza B.

2.2. De acordo com a OPAS/OMS a doença pode ser transmitida pelo contato pessoal próximo com pessoas infectadas ou por meio de tosse ou espirro delas, e ainda, ao tocar em objetos ou superfícies contaminadas e em seguida tocar a boca, nariz ou olhos.

2.3. As recomendações sugeridas pela Organização Mundial de Saúde são:

- Evitar contato físico com pessoas que tenham sintomas de gripe;
- Evitar tocar os olhos, o nariz e a boca com mãos sem lavá-las;
- Evitar compartilhar copos, pratos ou outros artigos de uso pessoal;
- Limpar e desinfetar os objetos e superfícies que muitas pessoas tocam com frequência.

2.4. Tendo em vista essas recomendações, bem como, esse novo cenário que se encontra em âmbito nacional, essas alterações provocadas pelo COVID-19 levaram à redução dos trabalhadores efetivos e prestação de serviços terceirizados.

2.5. De acordo com a Nota técnica 66/2018-MP, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, os órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, considerando a classificação da situação mundial do novo coronavírus (COVID-19) como pandemia, deverão seguir as seguintes recomendações:

1º - notificar as empresas contratadas quanto à necessidade de adoção de meios necessários para intensificar a higienização das áreas com maior fluxo de pessoas e superfícies mais tocadas, com o uso de álcool gel (maçanetas, corrimões, elevadores, torneiras, válvulas de descarga etc.);

2º - solicitar que as empresas contratadas procedam a campanhas internas de conscientização dos riscos e das medidas de prevenção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), observadas as informações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

3º - proceder a levantamento de quais são os prestadores de serviços que se encontram no grupo risco (portadores de doenças crônicas, histórico de contato com suspeito ou confirmado para COVID-19 nos últimos 14 dias, idade acima de 60 anos etc.), para avaliação da necessidade de haver suspensão* ou a substituição temporária na prestação dos serviços desses terceirizados;

4º - Caso haja diminuição do fluxo de servidores dos órgãos ou entidades (estejam executando as suas atribuições remotamente) ou expediente parcial (rodízio), poderão - após avaliação de pertinência, e com base na singularidade de cada atividade prestada - reduzir* ou suspender* os serviços prestados pelas empresas terceirizadas, até que a situação se regularize.

2.6. O Ministério da Saúde publicou no último dia 18 de junho a portaria nº 1565, que estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro. Dentre as orientações, temos:

- Disponibilizar estrutura adequada para a higienização das mãos, incluindo lavatório, água, sabão líquido, álcool em gel 70%;
- Estimular o uso de máscaras e/ou protetores faciais em todos os ambientes, incluindo lugares públicos e de convívio social;

- Adotar procedimentos que permitam a manutenção da distância mínima de 1 (um) metro entre pessoas em todos os ambientes, internos e externos, ressalvadas as exceções em razão da especificidade da atividade ou para pessoas que dependam de acompanhamento ou cuidados especiais, como crianças, idosos e pessoas com deficiência;
- Reforçar os procedimentos de limpeza e desinfecção com produtos desinfetantes, devidamente aprovados pela ANVISA, em todos os ambientes, superfícies e equipamentos, minimamente no início e término das atividades;
- Implementar medidas de triagem antes da entrada nos estabelecimentos, como aferição de temperatura corporal e aplicação de questionários, de forma a recomendar que pessoas, com aumento da temperatura e outros sintomas gripais, não adentrem no local e busquem atendimento nos serviços de saúde;
- Adotar rigorosamente os procedimentos de uso, higienização, acondicionamento e descarte dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI e outros equipamentos de proteção, de acordo com cada atividade, considerando também os riscos gerados pela COVID-19; e
- Não compartilhar os EPI e outros equipamentos de proteção durante as atividades.

2.7. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) publicou, em dia 26 de maio de 2020, a 4ª edição do "Perguntas & Respostas - Levantamento de questionamentos recorrentes recebidos pela Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde GGES/ANVISA sobre a emergência de saúde pública internacional – COVID 19 - relacionada ao SARS-CoV-2 ([ANVISA - Perguntas e Respostas COVID 19](#)).

Este documento tem o objetivo de viabilizar o acesso facilitado às respostas daqueles questionamentos identificados como recorrentes no universo de dúvidas relacionadas aos serviços de saúde e vigilância sanitária, recebidas por meio dos canais oficiais da Anvisa, tais como: ouvidoria, sistema SAT e e-mail institucional. A ideia é disseminar o conhecimento técnico de forma rápida e simplificada para viabilizar sua implementação segura frente à emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.

2.8. A retomada das atividades presenciais gerará um aumento do contato interpessoal neste Ministério, exigindo desta forma uma retomada segura, onde se mitigue a transmissão da COVID-19.

2.9. Logo, as aquisições de tapete sanitizante, termômetro clínico infravermelho corporal sem contato, dispensador para álcool - pedal (1000 ml), protetor facial, luva para procedimento não cirúrgico e avental hospitalar tipo cirúrgico, se faz mister nesse momento de crise mundial, a fim de diminuir o contato entre os integrantes do Ministério da Educação, dirimindo o perigo de contágio, conforme recomendações da OMS.

- Tapete sanitizante: a função é criar uma área de desinfecção de vírus e bactérias na porta dos ambientes, se insere nas ações de prevenção ao contágio do Coronavírus (SARS-COV-2) que, por sua característica de fácil propagação, requer a adoção de medidas específicas para proteger a saúde dos trabalhadores e frequentadores do Ministério da Educação, conforme recomenda o COMUNICADO Nº 01/2020/ME (Sei nº 2123107) e Portaria MS nº 1565/2020 (SEI nº)
- Termômetro clínico digital, infravermelho: a função é auferir a temperatura corporal de todas as pessoas que pretenderem entrar no Ministério da Educação, se insere nas ações de prevenção ao contágio do Coronavírus (SARS-COV-2) que, por sua característica de fácil propagação, requer a adoção de medidas específicas para proteger a saúde dos trabalhadores e frequentadores do MEC, conforme recomenda o COMUNICADO Nº 01/2020/ME (Sei nº 2123107) e Portaria MS nº 1565/2020 (SEI nº)
- Dispensador para álcool gel com pedal (1000 ml): a função é proporcionar condições para que todas as pessoas que adentrarem e circularem pelas dependências do Ministério da Educação higienizem suas mãos de forma rápida e segura, se insere nas ações de prevenção ao contágio do Coronavírus (SARS-COV-2) que, por sua característica de fácil propagação, requer a adoção de medidas específicas para proteger a saúde dos trabalhadores e frequentadores do MEC, conforme recomenda o COMUNICADO Nº 01/2020/ME (Sei nº 2123107) e Portaria MS nº 1565/2020 (SEI nº)
- Protetor facial: a utilização de protetor facial (*face shield*) por servidores e colaboradores que fazem trabalho de assistência direta, principalmente das áreas da saúde e de atendimento ao público externo, se insere nas ações de prevenção ao contágio do Coronavírus (SARS-COV-2) que, por sua característica de fácil propagação, requer a adoção de medidas específicas para proteger a saúde dos trabalhadores e frequentadores do MEC, conforme recomenda o COMUNICADO Nº 01/2020/ME (Sei nº 2123107) e Portaria MS nº 1565/2020 (SEI nº)
- Luva para procedimento não cirúrgico: a utilização de luvas não cirúrgicas por servidores e colaboradores que fazem trabalho de assistência direta, principalmente das áreas da saúde e de atendimento ao público externo, se insere nas ações de prevenção ao contágio do Coronavírus (SARS-COV-2) que, por sua característica de fácil propagação, requer a adoção de medidas específicas para proteger a saúde dos trabalhadores e frequentadores do MEC, conforme recomenda o COMUNICADO Nº 01/2020/ME (Sei nº 2123107) e Portaria MS nº 1565/2020 (SEI nº)
- Avental hospitalar tipo cirúrgico: a utilização de avental descartável por aqueles fazem trabalho de assistência à saúde dos servidores e colaboradores do Ministério da Educação se insere nas ações de prevenção ao contágio do Coronavírus (SARS-COV-2) que, por sua característica de fácil propagação, requer a adoção de medidas específicas para proteger a saúde dos trabalhadores e frequentadores do MEC, conforme recomenda o COMUNICADO Nº 01/2020/ME (Sei nº 2123107) e Portaria MS nº 1565/2020 (SEI nº).

3. ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS

ITEM	PADRÃO DESCRITIVO DE MATERIAIS - PDM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO - CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	EXPECTATIVA DE CONSUMO
1	Tapete sanitizante	Tapete, material superfície: vinil, material base: pvc - cloreto de polivinila, tipo: borracha antiderrapante, largura: 90 cm, comprimento: 130 cm, cor básica: preta, características adicionais: sanitizante, espessura: 10 mm	469724	Unidade	Aquisição única - produto durável
2	Termômetro clínico	Termômetro clínico, ajuste: digital, infravermelho, escala: até 50°C, tipo: uso em testa, componentes: c, alarmes, medição à distância, memória: memória até 10 medições.	438089	Unidade	Aquisição única - produto durável
3	Dispensador para álcool gel - pedal	Dispensador, material: aço, aplicação: para álcool gel, características adicionais: acionamento manual, pedal, capacidade: 1 l, dimensões: 30 x 140 cm	470308	Unidade	Aquisição única - produto durável
4	Dispenser de parede para álcool em gel	Dispenser higienizador, material: plástico abs, capacidade: 400 ml, tipo fixação: parede, cor: branca, aplicação: mãos, características adicionais: visor frontal para álcool gel ou sabonete líquido	469570	Unidade	Aquisição única - produto durável

5	Protetor facial	Protetor facial, material: acrílico, cor: incolor, comprimento 250 mm, material coroa: plástico, características adicionais: carneira de polietileno, alta densidade regulável	274559	Unidade	Aquisição para 3 (três) meses - produto semi-descartável
6	Luva para procedimento não cirúrgico	Luva para procedimento não cirúrgico, material: látex, tamanho: médio, características adicionais: sem pó, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável	443397	Unidade	Aquisição para 3 (três) meses - produto descartável
7	Avental hospitalar tipo cirúrgico	Avental hospitalar, tipo: cirúrgico, material: polipropileno, tamanho: único, gramatura: cerca de 50 g/cm² característica adicional: manga longa, punho elástico, esterilidade: uso único.	434414	Unidade	Aquisição para 3 (três) meses - produto descartável

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. Será realizada Dispensa de Licitação, com fulcro no Art. 4º da Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. A estimativa de preço para a contratação foi estabelecida de acordo com os valores oriundo nos menores preços estabelecidos por proposta de fornecedores é de **R\$ 31.075,60 (trinta e um mil setenta e cinco reais e sessenta centavos)**, com os valores unitários demonstrados na tabela abaixo:

ITEM	PADRÃO DESCRITIVO DE MATERIAIS - PDM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNT.	VALOR
1	Tapete sanitizante	Tapete, material superfície: vinil, material base: pvc - cloreto de polivinila, tipo: borracha antiderrapante, largura: 90 cm, comprimento: 130 cm, cor básica: preta, características adicionais: sanitizante, espessura: 10 mm	Unidade	61	80,00	4
2	Termômetro clínico	Termômetro clínico, ajuste: digital, infravermelho, escala: até 50°C, tipo: uso em testa, componentes: c, alarmes, medição à distância, memória: memória até 10 medições.	Unidade	12	157,00	1
3	Dispensador para álcool gel - pedal	Dispensador, material: aço, aplicação: para álcool gel, características adicionais: acionamento manual, pedal, capacidade: 1 l, dimensões: 30 x 140 cm	Unidade	27	289,00	7
4	Dispenser de parede para álcool em gel	Dispenser higienizador, material: plástico abs, capacidade: 400 ml, tipo fixação: parede, cor: branca, aplicação: mãos, características adicionais: visor frontal para álcool gel ou sabonete líquido	Unidade	307	32,00	9
5	Protetor facial	Protetor facial, material: acrílico, cor: incolor, comprimento 250 mm, material coroa: plástico, características adicionais: carneira de polietileno, alta densidade regulável	Unidade	180	19,47	3
6	Luva para procedimento não cirúrgico	Luva para procedimento não cirúrgico, material: látex, tamanho: médio, características adicionais: sem pó, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável	Unidade	3.000	0,57	1
7	Avental hospitalar tipo cirúrgico	Avental hospitalar, tipo: cirúrgico, material: polipropileno, tamanho: único, gramatura: cerca de 50 g/cm² característica adicional: manga longa, punho elástico, esterilidade: uso único.	Unidade	150	9,80	1
VALOR TOTAL					31.075,60	

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 02 dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

6.2. As entregas dos bens adquiridos devem ser realizadas diretamente no Almoxarifado Central do Ministério da Educação, no horário das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas na proposta comercial e neste Projeto Básico, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "L", Anexo I – Subsolo, Almoxarifado Central, Brasília-DF, CEP 70047-900 – telefone 2022-7112/7113/7055.

6.3. O prazo de validade dos produtos na data da entrega não poderá ter ultrapassado 1/3 do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo Almoxarifado Central do MEC, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação do MEC, às custas do Fornecedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 1(um) dia, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da presente aquisição.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. O Termo de Contrato de execução dos serviços será substituído pela Nota de Empenho na forma do §4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/1993.

8. OBRIGAÇÕES MEC**8.1. São obrigações do MEC**

- 8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;
- 8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.1.3. comunicar ao Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Fornecedor;
- 8.1.5. efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos;
- 8.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 9.1. O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 9.1.4. comunicar ao MEC, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 9.1.5. manter, durante toda a execução do objeto deste Projeto Básico, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na apresentação da proposta;
 - 9.1.6. cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do presente Projeto Básico.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
 - 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o MEC atestar a execução do objeto deste Projeto Básico.
- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Fornecedor, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o MEC.
- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes do pagamento ao Fornecedor, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.
- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Fornecedor, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do MEC.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o MEC deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, o MEC deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Fornecedor a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Fornecedor não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.13. O Fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo MEC, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\left(\frac{6}{100} \right)$	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Com fundamento na Portaria MEC nº 120/2016, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e demais cominações legais o Fornecedor que:

- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- falhar ou fraudar na execução do objeto;
- deixar de entregar a documentação exigida no Projeto Básico;
- não mantiver a proposta e não retirar a nota de empenho;
- comportar-se de modo inidôneo;
- fizer declaração falsa;
- cometer fraude fiscal; ou
- incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Projeto Básico, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

15.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o Fornecedor deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e das demais cominações legais.

15.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à empresa.

15.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

15.6. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- advertência;
- multa de:
 - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
 - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do MEC, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
 - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
 - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.
- Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).
- As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

15.7. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.8. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. A despesa decorrente da presente aquisição correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o MEC no exercício de 2020, no Programa de Trabalho/PTRES determinado pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/SE/MEC, que serão empenhadas, nos termos da lei, Elemento de Despesa 33.90.30.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico **cgga@mec.gov.br**, subsidiadas pela área técnica.

Encaminhe-se à CGLC.

ESROM GONÇALVES RODRIGUES

Coordenador de Modernização e Elaboração de Projetos

De acordo, à consideração superior.

ALEXANDRE HONÓRIO BARRETO

Coordenador de Suporte Operacional

MAURÍCIO DE ALMEIDA SOUZA

Coordenador de Suporte Logístico substituto

De acordo, encaminhe-se na forma proposta.

CÁSSIA MARIA DE SOUZA BARRETTO

Coordenador-Geral de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Esrom Goncalves Rodrigues, Coordenador(a), Substituto(a)**, em 12/11/2020, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Honorio Barreto, Servidor(a)**, em 12/11/2020, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Cassia Maria De Souza Barretto, Coordenador(a)-Geral**, em 12/11/2020, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2335358** e o código CRC **0C0B5229**.

1.